

## HISTORIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO SOBRE ESCRAVOS EM SANTA CATARINA

- As fontes do Arquivo Público do Estado

por Iaponan Soares

### 1 - Introdução

A motivação de ordem acadêmica tem sido responsável pelo aparecimento mais recente de importantes estudos sobre a escravidão negra no Brasil.

No ano passado, com a aproximação do Centenário da Abolição, o Arquivo Nacional coordenou a feitura do "Guia brasileiro de fontes para a história da África, da escravidão negra e do negro na sociedade atual", trabalho elaborado dentro de metodologia científica, que resgatará os acervos documentais disponíveis existentes no país, alguns deles de exploração muito restrita, como os arquivos cartoriais e arquivos eclesiásticos. Com o aparecimento deste "Guia" há de se incrementar novos rumos nos estudos nesse setor, pois de uma coisa estamos certos: ele deitará por terra o mito da inexistência de fontes primárias para os estudos sobre o negro e escravidão no Brasil.

A historiografia brasileira contemporânea tem apontado a vanços sobre as questões do elemento servil, sendo de se assinalar as contribuições de Emília Viotti da Costa ("A Abolição" e "Da Senzala à Colônia"), Ciro Flamarion S. Cardoso ("Agricultura, Escravidão e Capitalismo"), Décio de Freitas ("O Escravidismo Brasileiro", "Palmares, a Guerra dos Escravos" e "Escravos & Senhores de Escravos") e Clovis Moura ("Os Quilombos e a Rebelião Negra" e "Rebelião nas Senzalas").

Em Santa Catarina esses estudos não alcançaram até agora a abrangência desejada, fato que nos levou aqui a examinar os níveis de cada contribuição, ao mesmo tempo em que, apoiados no acervo do Arquivo Público do Estado, listamos uma série de códices por fun

do/coleção capazes de orientar futuras pesquisas sobre o assunto.

Por outro lado, é de se considerar que na região Oeste e Sul do Brasil a província de Santa Catarina se apresentava com uma razoável população escrava, a ponto de alcançar, em determinado momento do século XIX, nada menos de 33% de sua população. Examinada a questão sob esse enfoque, os dados alcançados são suficientes para estimular a formulação de novas hipóteses, que só um reexame das fontes primárias hoje disponíveis, poderá apontar resultados mais esclarecedores.

## 2 - Presença do escravo em Santa Catarina

O escravo está presente na vida catarinense desde o século XVII, quando as primeiras levas de povoadores se fixaram em São Francisco do Sul, Desterro e Laguna.

Durante o período colonial foi o escravo utilizado basicamente no trabalho agrícola e nas iniciativas do interesse da Fazenda Real, como o corte de madeira e a extração do óleo de baleia.

Essa população servil cresceu com a expansão fundiária e sofreu diretamente os reveses que a atividade agrícola enfrentou, decorrentes de uma série de problemas próprios, entre eles a estagnação da monocultura, a extinção do tráfico de escravos e a gradativa substituição dessa mão-de-obra pelo colono europeu.

Foi Desterro o município que concentrou o maior número de escravos, vindo em seguida Laguna, São Francisco do Sul, São José, São Miguel, Lages, Itajaí, Tijucas, Joinville, Tubarão, Parati, Porto Belo e Itapocorói. (1)

Na capital catarinense a população negra se concentrava nas freguesias de Ribeirão da Ilha, Lagoa da Conceição, Santo Antônio de Lisboa, Canasvieiras e Rio Vermelho, onde basicamente se ocupavam das atividades agrícolas e pastoris.

O crescimento da população escrava atinge o seu auge em

---

(1) - PIAZZA, Walter F. O escravo numa economia minifundiária. Florianópolis/São Paulo, UDESC/Ed. Universitária, 1975. p. 21.

1824, "decaindo, em seguida, para novo soerguimento após o Bill Aberdeen (1845), para novos decréscimos até a Abolição. (2)

Entre as províncias do Oeste e Sul do Brasil, em 1874, era Santa Catarina a segunda em população escrava, com 15.250 indivíduos, sendo o Rio Grande do Sul a primeira com 98.450 escravos e as demais províncias com os seguintes quantitativos:

Paraná : 11.249  
 Goiás : 8.800  
 Mato Grosso : 7.054. (3)

Mesmo com a gradativa diminuição da mão-de-obra escrava, em 1884 Santa Catarina permanecia como a segunda província no Oeste e Sul do Brasil em população escrava, já agora com 8.371 indivíduos. O Rio Grande do Sul continuava na liderança com 60.136 escravos.

Para melhor compreensão dessa presença, vejamos os percentuais de escravos sobre a população de Santa Catarina, conforme este "Quadro Geral da População de Santa Catarina".

ANOS	POPULAÇÃO TOTAL	LIBERTOS	ESCRAVOS	% de ESCRAVOS SOBRE POPULAÇÃO TOTAL
1773	500	-	-	-
1788 (4)	6.397	-	-	-
1796	8.058	-	-	-
1799	8.000	-	-	-
1783	16.143	-	-	-
1796 (5)	21.043	-	-	-
1800	21.068	-	-	-
1803 (6)	27.063	12.678	6.215	23,5 %
1805 (7)	14.132	11.408	4.661	29,5 %
1810 (8)	30.510	23.194	3.293	10,8 %
1813 (9)	37.909	25.373	3.578	9,4 %
1818(10)	44.001	34.808	4.132	9,4 %
1819(11)	44.031	34.858	4.132	9,4 %
1821	30.074	-	-	-
1820(12)	45.410	29.073	15.543	34,2 %
1810(13)	61.224	49.944	13.654	22,3 %
1819(14)	45.618	51.576	14.062	30,8 %
1840(15)	67.218	54.624	12.580	18,7 %
1845(16)	72.814	-	-	-
1848(17)	80.133	65.883	14.350	17,9 %
1849(18)	74.227	60.785	13.942	18,8 %
1850(19)	66.440	71.465	15.025	22,6 %
1851	80.800	-	-	-
1854(20)	101.090	-	-	-
1855(21)	105.400	-	-	-
1856(22)	111.149	82.822	18.147	16,3 %
1857(23)	122.833	104.425	18.900	15,4 %
1858(24)	121.246	-	-	-
1860(25)	114.587	90.201	16.116	14,1 %
1864(26)	123.234	117.418	16.320	13,2 %
1865(27)	138.765	121.827	16.990	12,2 %
1872(28)	154.513	147.185	16.747	10,8 %
1873(29)	159.882	146.818	16.984	10,6 %
1866(30)	-	-	8.293	-

Fonte: PIAZZA, Walter F. O escravo numa economia minifundiária.

(2) - Idem, p. 19.

(3) - CONRAD, Robert. Os últimos anos de escravatura no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1978.p.346.

A presença escrava está registrada no Quadro só a partir do século XIX, mas é sabido que depois da primeira metade do século anterior o negro já constituía um numeroso contingente da população do Desterro.

Nesse período, a organização da atividade econômica da Ilha de Santa Catarina se apoiava basicamente nos setores da pesca, da agricultura e pequena indústria rural e do comércio e pequeno artesanato urbano. "Dêesses três setores, aquele onde houve maior inversão de capitais, por unidade de produção (em utensílio e mão-de-obra) e mais complexidade na organização do trabalho foi, sem dúvida, o da pesca". (4)

Essa observação pode servir para, também, caracterizar o quadro geral da economia catarinense do período colonial, com pequenas alterações depois da Independência. Mesmo assim, até 1850 o percentual de escravo sobre a população geral da província ficou em média acima de 20%, decaindo daí em diante, mas com visível lentidão.

### 3 - Historiografia catarinense sobre escravidão

A historiografia sobre escravidão negra em Santa Catarina começa com os viajantes estrangeiros que aqui estiveram entre os séculos XVIII e XIX. É uma fonte superficial, que deve ser usada com precaução, pois o objetivo desses cronistas era primordialmente o de fazer o registro dos usos e costumes dos lugares por onde passavam em suas viagens de circunavegação. Dentro desse material escrito referente à Santa Catarina, merece particular exame os relatos de John Mawe (5) e de Auguste de Saint-Hilaire (6), por conterem importantes observações sobre o trabalho escravo nas armações de Nossa Senhora da Piedade, de Itapocorói e de Lagoinha.

(4) - Idem, p. 23.

(5) - MAWE, John. In.: Ilha de Santa Catarina; relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. 2.ed. Florianópolis, Ed. da UFSC/Assembleia Legislativa do Estado, 1984. p.193-5.

(6) - SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem à Província de Santa Catarina (1820). Trad. Carlos da Costa Pereira. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1936. (Coleção Brasileira, vol. 58).

Neste século, tratam mais especificamente desse tema, entre outros, os historiadores Oswaldo Rodrigues Cabral, Heitor Blum, Renato Barbosa e Walter F. Piazza.

Em Oswaldo Rodrigues Cabral o assunto se encontra abordado num dos capítulos do livro "Laguna e outros ensaios" (7) e tem o título de "Os grupos negros em Santa Catarina". Na abordagem o autor procura estudar a origem dos contingentes escravos que aportaram a Santa Catarina, partindo do princípio de que "o elemento negro que existiu cativo em nossa terra foi relativamente bom, serviçal, na sua maioria fiel, não demonstrando, entretanto, grande aptidão para o serviço agrícola". (8)

A pesquisa não teve a profundidade que o autor desejava, daí o ter manifestado dúvidas com o resultado alcançado. Em face disso, observa que guardou as notas da pesquisa para "um trabalho de maior fôlego sobre o elemento servil em Santa Catarina". (9) O que infelizmente não chegou a cumprir.

Com o título de "A Campanha Abolicionista na antiga Desterro" (10), Heitor Blum relata alguns episódios sobre os rumos do movimento abolicionista na capital de Santa Catarina, tomando por base informações colhidas na imprensa da época. Fez, com isso, uma ligeira crônica, centrando as ações no período de 1884-1888. A tônica de seu informe é a participação da elite catarinense na vanguarda dos acontecimentos. Aqui ou ali aparece alguém alforriando um cativo. E só. Preto participando da campanha, só Cruz e Sousa e assim mesmo porque era liberto de nascença e porque desfrutava de algum prestígio no meio cultural.

---

(7) - CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Laguna e outros ensaios. Florianópolis, s/ed., 1939.

(8) - Idem, p. 181.

(9) - Idem, idem.

(10) - BLUM, Heitor. A campanha abolicionista na antiga Desterro. Florianópolis, IHGSC, 1939.

Sob a mesma ótica, Renato Barbosa escreveu a "Geração Abolicionista" (11), fruto de duas conferências que fez, a pedido do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, para assinalar o cinquentenário da Abolição da Escravatura. A primeira parte do livro tem o título de "Apontamentos para a história da Abolição", onde o autor limita-se a fazer considerações gerais sobre o tema, concluindo-o com um enfoque que chamou de "Flagrantes sobre a Abolição em Santa Catarina". Na segunda parte, intitulada "Aspectos da sociedade do Desterro às vésperas da Abolição", o autor concentra a sua narrativa nas atividades sócio-culturais da capital catarinense.

Tanto o estudo de Heitor Blum quanto o de Renato Barbosa pecam pela superficialidade da abordagem, ambos preocupados em revelar tão somente flagrantes externos da Campanha. A impressão que esses dois trabalhos deixam no leitor é de que a Abolição em Desterro transcorreu como numa festa, onde ninguém ousou contestar o que ocorria. Essa é, sem sombra de dúvida, uma impressão falsa, que os autores não corrigem.

Em 1887, às vésperas da Abolição, Santa Catarina tinha, ainda, nada menos do que 7.322 escravos, distribuídos pelos municípios de Desterro, Laguna, São Francisco do Sul, São José, São Miguel, Tijucas, Joinville, Tubarão e Parati (12). Se essa gente continuava cativa é porque seus senhores estavam resistindo. Até mesmo ao processo de manumissão promovido com recursos do poder público.

É com o historiador Walter F. Piazza que, pela primeira vez, se estuda seriamente a presença do negro na formação sócio-econômica de Santa Catarina. Seu livro, "O Escravo numa economia minifundiária", estuda o problema com objetividade, procurando compreender a questão num quadro em que a economia aparece essencialmente originária da atividade agrícola e onde já predominava o sistema de pequenas propriedades.

---

(11) - BARBOSA, Renato. Geração abolicionista. Florianópolis, IHGSC, 1940.

(12) - PIAZZA, Waltér F. Idem, p. 21.

Em três longos capítulos o autor estuda a participação do negro em vários segmentos da vida catarinense, não deixando de fazer importantes correlações com a realidade apresentada em outras regiões do país.

A principal hipótese defendida por Walter F. Piazza é de que em Santa Catarina "a escravidão negra não teve as mesmas dimensões de outras partes do Brasil", devendo-se isso, sobretudo, "ao pequeno número de grandes propriedades agrícolas ou pastoris". (13)

No levantamento das fontes consultadas, o autor mostra que trabalhou com núcleos de documentação não explorada, como os livros de correspondência dos Juizes de Fora e dos Juizes Ordinários, do então Arquivo do Palácio do Governo, hoje Arquivo Público do Estado; livros de correspondência e atos e termos do Arquivo da Prefeitura Municipal de Florianópolis; livros de escrituras de compra e venda de escravos de cartórios e tabelionatos; e os livros de batizados e óbitos de escravos do Arquivo Histórico-Eclesiástico de Florianópolis.

O exame dessas fontes primárias deu importante suporte ao estudo de Walter F. Piazza, ensejando-lhe condições para revelar novos rumos sobre a presença do escravo na economia catarinense.

Neste breve painel historiográfico, não se deve omitir a contribuição de Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni, cujo livro, "Cor e Mobilidade Social em Florianópolis" (14), sob uma perspectiva sociológica, analisou os aspectos das relações entre negros e brancos na capital catarinense. Para o estudo sobre os escravos em Santa Catarina, tem particular interesse a primeira parte do livro, escrita por Fernando Henrique Cardoso. Nela o autor faz um retrospecto histórico da presença do negro no desenvolvimento sócio-econômico de Florianópolis, falando das características da colonização portuguesa no Brasil Meridional e da contribuição da mão-de-obra cativa no povoamento e desenvolvimento da Ilha de Santa Catarina.

(13) - Idem, p. 219.

(14) - CARDOSO, Fernando Henrique & IANNI, Octávio. Cor e mobilidade social em Florianópolis. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1960. (Coleção Brasileira, vol.307).

A pesquisa não ultrapassou as fontes secundárias, muito embora os autores revelem na "Introdução" que foi do historiador Oswaldo Rodrigues Cabral o material que utilizaram sobre o negro e o escravo em Desterro. E observa: "boa parte dos dados com que lidamos para a análise das relações raciais no passado são resultados do trabalho e da inteligência crítica deste historiador que, num gesto de desapego, revelando nele um verdadeiro trabalhador intelectual, pôs seu fichário à nossa inteira disposição". (15).

Pelos elementos aqui levantados se observa que o temário da escravidão negra em Santa Catarina ainda se encontra na fase inicial, sobretudo porque a documentação primária que pode oferecer outros rumos aos estudos desse tema, só foi posta em condições de acesso depois de 1978, data em que o Arquivo Público do Estado passou a ter condições de atender

#### 4 - As principais fontes

Tem o Arquivo Público do Estado um acervo documental privilegiado capaz de instrumentar pesquisas relacionadas com os mais variados segmentos da vida catarinense. Esse acervo começa no século XVIII e vem até nossos dias.

Para o estudo do escravo em particular, merecem exame as seguintes fontes:

##### 1. Fundo/Coleção: Presidente da Província

Conteúdo: Registro da correspondência do Presidente da Província para: Chefe de Polícia (1870-75); Câmaras Municipais (1835-88); Juizes de Paz (1835-39); Juizes Comissários (1870-75); Arciprestes e Vigários (1860-75); Diversos (1819-88); Capitania dos Portos (1859-88); Juizes (1835-88); Chefe de Polícia (1875-88); Autoridades Policiais (1843-86); Cônsules (1875-89); Alfândega (1875-88) e Falas e Relatórios (1833-88).

---

(15) - Idem, p. XL.

## 2. Fundo/Coleção: Inspetoria de Saúde

Conteúdo: Ofícios da Inspetoria de Saúde para o Presidente da Província (1843-88); Ofícios da Inspetoria de Higiene e Inspetoria de Saúde para o Presidente da Província (1882-89).

## 3. Fundo/Coleção: Câmaras Municipais

Conteúdo: Ofícios das Câmaras Municipais para Governador da Capitania/Presidente da Província (1776-1888).

## 4. Fundo/Coleção: Autoridades Policiais

Conteúdo: Ofícios do Chefe de Polícia para o Presidente da Província (1855-88); Ofícios do Chefe de Polícia e Juizes de Direito para o Presidente da Província (1835-54); Ofícios do Delegado de Polícia para o Presidente da Província (1842-88) e Ofícios dos Subdelegados de Polícia para o Presidente da Província (1846-88).

## 5. Fundo/Coleção: Capitania dos Portos

Conteúdo: Ofícios da Capitania dos Portos para o Presidente da Província (1846-88).

## 6. Fundo/Coleção: Promotores Públicos

Conteúdo: Ofícios dos Promotores Públicos para o Presidente da Província (1843-88).

## 7. Fundo/Coleção: Juizes

Conteúdo: Ofícios dos Juizes de Direito e o Presidente da Província (1834-88); Ofícios de Juizes Comissários para o Presidente da Província (1832-88); Ofícios dos Juizes de Órfãos para o Governador da Capitania/Presidente da Província (1806-26, 1831-41 e 1887-88); Ofícios dos Juizes de Paz para o Presidente da Província (1828-88); Ofícios dos Juizes de Fora para o Governador da Capitania/Presidente da Província (1814-32) e Ofícios dos Juizes Ordinários para o Presidente da Província (1825-32).

## 8. Fundo/Coleção: Arciprestes e Vigários

Conteúdo: Ofícios de Arciprestes e Vigários para o Governador da Capitania/Presidente da Província (1785-1888).

## 9. Fundo/Coleção: Alfândega

Conteúdo: Ofício da Alfândega para o Presidente da Província (1829-88).

10. Fundo/Coleção: Leis e Decretos

Conteúdo: Avisos, Posturas, Leis e Decretos da Província de Santa Catarina (1835-88).

11. Fundo/Coleção: Cônsules

Conteúdo: Ofícios de Cônsules para o Presidente da Província (1830-89).

5 - Conclusão

Pelo que foi examinado, concluímos que:

a) a economia catarinense dos períodos Colonial e Imperial sempre teve características próprias, com o seu desenvolvimento impulsionado à base de pequena propriedade. Por isso, a utilização do trabalho escravo foi bem menor do que em outras regiões do país, onde predominava o latifúndio com a exploração agrícola de produtos concentradores de mão-de-obra, como a cana-de-açúcar e o café;

b) a historiografia catarinense sobre escravidão é modesta em quantidade, metodologicamente irregular, em grande parte produzida sem exame de fontes primárias;

c) o Arquivo Público do Estado dispõe de uma privilegiada massa documental sobre o assunto, acervo de acesso fácil, em condições de ser convenientemente explorado pelos pesquisadores.